



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente | II Simpósio Educação, Formação e Trabalho

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ESCOLHA DE CURSOS PRONATEC FIC OFERTADOS PELO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP)

Sandra Maria Glória da Silva¹

Resumo: Este texto apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado sobre os cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego (Pronatec) na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) no período de 2012 a 2014. Selecionaram-se os cinco *campi* onde houve maior número de matriculados, a saber, Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho. Analisaram-se, na perspectiva do materialismo histórico dialético, os motivos pelos quais os cursos ofertados foram escolhidos. Entrevistaram-se quatro coordenadores gerais de cursos Pronatec, oito coordenadores adjuntos e 11 gestores municipais. De acordo com a percepção desses participantes, os principais fatores que definiram a escolha dos cursos a serem ofertados foram: a) reivindicações do público-alvo, b) experiência do IFSP na área dos cursos, c) levantamento junto aos municípios, d) articulação entre demanda do público atendido, arranjos produtivos locais e capacidade de oferta do IFSP. Conclui-se que, embora haja diversos fatores intervenientes, as demandas do público-alvo foram priorizadas em municípios onde houve mobilizações realizadas por trabalhadores do campo. Tal evidência reitera a importância de movimentos populares no processo de conformação de políticas públicas.

Palavras-chave: Qualificação profissional; Educação de Jovens e Adultos; Política pública; Movimentos Sociais.

Introdução

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi instituído em 26 de outubro de 2011, pela Lei nº 12.513, com a finalidade de “ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (BRASIL, 2011, p. 1). Uma das ações que integram o Pronatec é a Bolsa-Formação; a qual consiste no financiamento, pela União, da oferta de cursos presenciais de Educação Profissional e Tecnológica e assistência estudantil consubstanciada na “[...] cobertura integral de despesas com a oferta educacional, o transporte e a alimentação a beneficiários” (BRASIL 2011, p. 6).

¹Doutoranda em Educação na Universidade de São Paulo (USP). Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) *Campus* Avaré. E-mail: sandragloria@usp.br sandra.gloria@ifsp.edu.br

A Bolsa-Formação é constituída por duas modalidades, quais sejam, Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador. A Bolsa-Formação Estudante consiste na oferta de cursos técnicos concomitantes, com carga horária mínima de 800h, previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação (MEC), para estudantes que estiverem cursando o Ensino Médio em escolas públicas. Por sua vez, a Bolsa-Formação Trabalhador caracteriza-se pela oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) também denominados de qualificação profissional, com duração mínima de 160h, constantes do Guia Pronatec de Cursos FIC atualizado periodicamente pelo MEC, para “trabalhadores de diferentes perfis e beneficiários dos programas federais de transferência de renda” (BRASIL, 2011, p. 7).

Conforme disposto no Art. 2º da Lei nº 12.513, o Pronatec atenderá prioritariamente

- I – estudantes do Ensino Médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;
- II – trabalhadores – inclusive agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas com deficiência.
- III – beneficiários dos programas federais de transferência de renda;
- IV – estudantes que tenham cursado o Ensino Médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral.

O conteúdo educacional e a assistência estudantil previstos na Bolsa-Formação foram ofertados em parceria com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Serviços Nacionais de Aprendizagem, instituições privadas e escolas técnicas estaduais (BRASIL, 2011).

Apresentam-se por meio deste texto, resultados parciais de pesquisa de doutorado sobre os cursos Pronatec FIC ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) entre 2012 e 2014. Foram selecionados os cinco *campi* com maior número de matrículas nesse período, quais sejam, Avaré, Presidente Epitácio, Registro, São Paulo e Sertãozinho. No recorte feito para esse estudo, priorizou-se analisar os fatores que subsidiaram a escolha dos cursos ofertados.

O processo de escolha desses cursos contou com a participação de representantes das instituições de ensino responsáveis pela oferta de cursos, empregadores, gestores municipais e público-alvo do Programa. As diferentes funções sociais que esses sujeitos exercem denotam a diversidade de interesses que permeou esse processo. Por isso, supõe-se que a escolha dos cursos a serem ofertados não se deu de maneira tranquila e consensual.

Diante disso, visou-se identificar interesses conflitantes, desafios, contradições e concessões que permearam esse processo e subsidiaram as escolhas feitas por esses sujeitos. Portanto, essa investigação foi norteada pelas seguintes questões: Que critérios foram utilizados para se ofertar tais cursos e não outros? Que sujeitos participaram do processo de escolha e definição dos cursos ofertados? Que estratégias foram adotadas pelos sujeitos envolvidos para que suas reivindicações fossem atendidas?

Participaram desse estudo quatro coordenadores gerais de cursos Pronatec, oito coordenadores adjuntos e 11 gestores municipais. Eles foram entrevistados no local de trabalho, exceto alguns gestores municipais que optaram por conceder entrevistas fora das prefeituras para que pudessem expressar livremente suas opiniões e percepções.

Esses sujeitos foram escolhidos por desempenharem funções-chave durante a oferta de cursos Pronatec, a saber, os coordenadores gerais foram responsáveis por gerenciar o Programa na reitoria do IFSP, acompanhar o processo de implementação em todas as unidades, dialogar com a gestão nacional do Programa em Brasília. Coube aos coordenadores adjuntos gerenciar as equipes de trabalho – compostas por professores, supervisores, técnicos de apoio - e intermediar o diálogo entre os municípios e a reitoria do IFSP. Entre os gestores municipais há ex-prefeitos, integrantes de Secretarias Municipais e assistentes sociais; os quais mobilizaram o público-alvo do Programa, levantaram demandas de cursos junto aos munícipes e aos empregadores e as apresentaram às instituições ofertantes.

A análise das entrevistas se deu em dois momentos complementares: análise de ocorrências e análise de coocorrências (CAMPENHOUDT; MARQUET; QUIVY, 2017). No primeiro, elas foram examinadas individualmente para identificar as percepções dos participantes a respeito dos fatores interverniaes no processo de escolha de cursos e mapear temas que eles sinalizam ser importantes. No segundo, elas foram comparadas entre si para verificar as aproximações e distanciamentos entre esses temas, bem como as possibilidades de agrupamento em subcategorias de análise. Subcategorias essas elencadas a partir da frequência com que esses temas apareceram nas entrevistas, ou seja, os temas mais recorrentes propiciam a criação de uma subcategoria para agrupá-los (BARDIN, 1988). Entende-se que esses procedimentos possibilitem verificar se uma mesma constatação é confirmada ou não por entrevistados que

possuem pontos de vista distintos. Por fim, os relatos dos entrevistados foram balizados por notas informativas expedidas pela Setec, Guias Pronatec de Cursos FIC, portarias, manuais de operação do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec).

Os resultados obtidos foram analisados na perspectiva do materialismo histórico dialético (LEFEBVRE, 1983) considerando-se a historicidade no processo de implementação do Pronatec nos cinco municípios estudados, a relação entre a constituição local desse Programa e o contexto nacional e as contradições decorrentes da diversidade de interesses em disputa.

Sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego (Pronatec)

A oferta de cursos Pronatec é realizada por meio de parcerias entre ministérios (demandantes nacionais), instituições responsáveis por oferecer cursos de formação profissional (parceiros ofertantes) e instituições encarregadas de identificar a demanda por cursos em âmbito municipal e mobilizar os beneficiários (demandantes municipais ou estaduais).

Os ministérios e as secretarias estaduais são demandantes nacionais cuja função é “aprovar ou reprovar as ofertas de cursos disponibilizadas pelos parceiros ofertantes” (BRASIL, 2013, p. 8). Cada ministério está vinculado a um demandante municipal, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) vincula-se às Secretarias Municipais de Assistência Social que, por sua vez, se comunicam com o público-alvo por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) articula-se às Secretarias Municipais do Trabalho e estas mobilizam os candidatos aos cursos Pronatec FIC por meio dos Centros de Apoio ao Trabalhador e Empreendedorismo (CATE), Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e o Sistema Nacional de Emprego (Sine). As pré-matrículas são realizadas por todos os demandantes (municipais, estaduais ou nacionais).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) é responsável por planejar, formular, coordenar e avaliar as políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica. O repasse de recursos financeiros, a coordenação e prestação de contas referentes à Bolsa-Formação são realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). As secretarias e ministérios demandantes são encarregados de identificar

demandas, mobilizar o público-alvo e realizar a pré-matrícula. As instituições ofertantes ofertam os cursos de acordo com a pactuação de vagas realizada com os demandantes municipais, estaduais e nacionais (BRASIL, 2011; 2012b).

A rede de parceiros ofertantes é constituída por: a) Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; b) Redes estaduais e distrital de Educação Profissional; c) Redes municipais de Educação Profissional; d) Serviços Nacionais de Aprendizagem (Senai, Senac, Senar e Senat); e) Universidades e fundações públicas; f) Instituições privadas de ensino superior e de Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2017, p.7).

Denomina-se pactuação de cursos “o processo pelo qual a Unidade Ofertante declara sua intenção de oferta e o parceiro demandante nacional ou estadual aprova ou reprovaa, conforme suas necessidades” (BRASIL, 2013, p. 16). Os parceiros ofertantes oferecem cursos conforme a “capacidade instalada” ou infraestrutura disponível e em consonância com critérios estabelecidos em editais específicos ou planos de trabalho – estes dependem da aprovação da Setec/MEC (BRASIL, 2017). Essa oferta é antecedida por processos de pactuação de vagas dos quais participam os demandantes municipais ou estaduais, os parceiros ofertantes e os demandantes nacionais. Esse processo de pactuação “[...] deve refletir a relação entre interesses dos beneficiários, demandas socioeconômicas e culturais regionais e condições disponíveis para o desenvolvimento dos cursos” (BRASIL, 2012, p. 15).

Embora o Pronatec seja um Programa federal, a implementação dele está estreitamente vinculada aos municípios. Em âmbito municipal, são articuladas as diretrizes do governo federal, a capacidade de oferta das instituições ofertantes, a mobilização e matrícula do público-alvo, o levantamento de demandas por cursos junto aos empregadores e aos municípes.

Os cursos Pronatec podem ser ofertados na unidade sede da instituição ofertante ou em unidades remotas a ela vinculadas. São vetadas a terceirização dos cursos e da gestão educacional. É permitida a contratação de professores externos à unidade ofertante desde que esses sejam previamente selecionados conforme critérios estabelecidos por meio de portarias e notas informativas expedidas pela Setec (BRASIL, 2017).

Relação entre movimentos sociais e políticas públicas

Historicamente, muitas das conquistas do povo brasileiro se deram por meio de movimentos sociais, especialmente no campo das políticas sociais, ou seja, políticas de saúde, saneamento, educação, previdência, habitação etc. Estas visam reduzir “desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” e se originaram “nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais” (HOFLING, 2001, p. 31).

Os movimentos sociais se caracterizam por serem associações relativamente formais, estáveis e organizadas cujas atividades não se reduzem a uma mobilização pontual. Esses movimentos são constituídos e conformados pelos sujeitos aos quais as questões reivindicadas dizem respeito. Sujeitos esses “[...] portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões [...]” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 264).

Com o processo de redemocratização do País, novos representantes dos interesses do povo se inseriram no meio político e abriram espaços de participação popular tais como comitês, fóruns, conselhos; espaços esses que propiciaram o fomento de movimentos sociais. Por meio desses movimentos, ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, a sociedade brasileira avançou na conquista de direitos fundamentais e na elaboração da Carta Magna de 1988 (LEMOS; FACEIRA, 2015). Esta, além de assegurar o exercício da cidadania, instituiu a participação política da sociedade civil em órgãos do Estado incumbidos de elaborar e gerir políticas sociais (KOLODY; ROSA; LUIZ, 2011).

Os movimentos sociais atuam como mediadores entre Estado e sociedade civil. Sendo o Estado aqui entendido em seu sentido ampliado tal como concebido por Gramsci, ou seja, que “[...] se forma na conjunção de uma *sociedade política* (Estado *stricto sensu* ou Estado-coerção) e uma *sociedade civil* (esfera da disputa da hegemonia e do consenso)” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 44, grifo dos autores). Já a sociedade civil em Gramsci “é uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, na qual as classes e suas frações lutam para conservar ou conquistar hegemonia” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 43).

Essa mediação pressupõe a existência de conflitos, pois se trata, na maioria dos casos, de interesses antagônicos. Assim,

Os movimentos sociais como expressões dos movimentos de luta de classes e lutas sociais são atores políticos do processo de configuração de política sociais, onde as necessidades dos sujeitos transformam-se em demandas que serão reivindicadas através das mobilizações, pressões e lutas sociais. Este processo de lutas de classes e lutas sociais leva a uma instância de negociação e outorgamento (LEMOS; FACEIRA, 2015, p. 7-8).

Nesse processo de configuração de políticas, os interesses da população - expressos por meio de reivindicações - podem ser acolhidos integralmente ou parcialmente pelo Estado, podem também ser ignorados, negados, modificados, cooptados. Em vista disso, para que esses interesses tenham maiores chances de serem atendidos, eles precisam contar com o apoio de lideranças políticas que os representem dentro do Estado. Isso fortalece o movimento e o ajuda a superar forças contrárias. Além disso,

[...] um dos caminhos para a efetivação dos processos democráticos é o fortalecimento das esferas públicas não estatais enquanto espaço de encaminhamento das ações coletivas organizadas na definição de prioridades para a implantação de políticas públicas, bem como no processo de fiscalização e execução das mesmas (LEMOS; FACEIRA, 2015, p. 7).

Isso não significa que as reivindicações serão atendidas no mesmo momento em que elas forem feitas, mas em algum momento elas serão. Isso depende dos sujeitos envolvidos, da coesão do movimento, do contexto político, da conjuntura ser mais ou menos favorável ao êxito etc. tal como abordaremos na seção a seguir.

Percepção de gestores municipais e coordenadores sobre fatores intervenientes no processo de escolha de cursos Pronatec FIC

Os participantes da pesquisa mencionaram 10 diferentes fatores intervenientes no processo de escolha dos cursos. Fatores esses apresentados na tabela 1, a seguir. Importa salientar que a exposição ordenada desses fatores não corresponde à complexidade do processo de escolha dos cursos e tem por finalidade facilitar a análise do mesmo. Os depoimentos dos participantes sinalizam que esse processo foi permeado por desafios, contradições e disputas por hegemonia.

Tabela 1 - Fatores que contribuíram para a escolha de cursos Pronatec FIC a serem ofertados em cinco *campi* do IFSP (2012-2014)

f	Fatores	%
4	Experiência do IFSP na área dos cursos	18,18
4	Levantamento junto aos munícipes	18,18
4	Reivindicações do público-alvo	18,18
2	Confluência entre as demandas do público atendido, os arranjos produtivos locais e a capacidade de oferta do IFSP	9,1
2	Demandas apresentadas pelas prefeituras e pelos Cras	9,1
2	Demandas apresentadas por empregadores	9,1
1	Guia Pronatec de cursos FIC	4,54
1	Arranjo produtivo local	4,54
1	Infraestrutura disponível para ofertar os cursos	4,54
1	Levantamento de demandas junto aos empregadores e aos munícipes	4,54
22		100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de pesquisa.

Notou-se que esses fatores variaram de acordo com o ano de oferta dos cursos, ou seja, houve fatores muito recorrentes no primeiro ano de oferta e menos frequentes no segundo e terceiros anos. As motivações que culminaram no surgimento dessa peculiaridade serão discutidas a seguir.

Houve fatores que não predominaram em determinado contexto, mas foram predominantes em outro e isso não foi por acaso. O Pronatec foi implementado por sujeitos históricos cujas escolhas foram norteadas por concepções e princípios que lhes são caros. As diretrizes do Programa, os prazos a serem cumpridos e a burocracia nos trâmites para recebimento de recursos federais interferiram nesse processo. Somam-se a isso os interesses dos empregadores por mão de obra qualificada nas áreas que melhor lhes convinham e a tradição do IFSP em eixos tecnológicos que nem sempre correspondiam àqueles aos quais se vinculavam os cursos de formação inicial e continuada.

No primeiro ano de oferta de cursos Pronatec FIC, houve municípios nos quais o IFSP optou por priorizar os cursos que estavam dentro dos eixos tecnológicos existentes no *campus*, porque já havia laboratórios, materiais didáticos e docentes com experiência naquelas áreas. Paralelamente, o atraso no recebimento dos recursos inviabilizou, nesse primeiro momento, a

contratação de professores externos. A Coordenadora geral 2, São Paulo resalta as vantagens de se ofertar cursos dentro da experiência do *campus*.

Quando a oferta é dentro, você tem todo o escopo material já pronto. Qual é a ideia que seria importante do Programa? Era oferecer sempre dentro. E oferecer dentro da *expertise* da oferta daquele campus. A minha *expertise* aqui no *campus* é a indústria. Então, os cursos que eu vou fazer adesão ao Programa, são os cursos da área da indústria, porque eu já tenho laboratório, já está tudo aqui, eu não vou correr para comprar material, ele já está pronto. (Coordenadora geral 2, São Paulo)

Essa coordenadora esclarece ainda de que maneira os prazos estabelecidos pelo Pronatec e o atraso no repasse dos recursos financeiros dificultaram a oferta de cursos fora dos eixos tecnológicos dos *campi*, especialmente nos primeiros anos.

Então, a gente tem uma dificuldade, não só a gente, mas toda a rede ofertante, que são os prazos. Por exemplo, tudo o que você comprar ou pagar tem que ser com aquele orçamento. O orçamento sai na data X, no início do ano, vamos supor que em março. Como é a dinâmica, principalmente na Rede Federal? Ela não faz compra na mesma medida que uma rede particular faz. Ela passa por um processo de licitação e isso tem prazos. Você abre um processo, o processo vai ser verificado, analisado, vai para o setor jurídico, aí você faz a compra. [...] Você não pode abrir um processo de compra sem ter a garantia de um orçamento. Então, quando sai o orçamento, você abre o processo, você espera. Só que se você seguir esse calendário, não tem condições de você comprar o material e isso peca muito quando a oferta é fora [da experiência do *campus*]. (Coordenadora geral 2, São Paulo)

De acordo com o Coordenador adjunto 7, Sertãozinho, as demandas eram encaminhadas às instituições ofertantes e aquelas que possuíam maior experiência e melhores condições para atendê-las as acolhiam. Ele salienta que quando os cursos ofertados estão dentro do eixo tecnológico do *campus*, tais cursos podem ser ministrados com maior qualidade, pois a equipe além de possuir experiência, tem infraestrutura adequada.

Nas reuniões que envolviam o Senai e o Senac, o Senai dizia “Isso daqui a gente tem condições [de ofertar]”; o Senac dizia “Esses nós temos condições”. E aí nessa pactuação, a gente conseguia atender algo que era mais a *expertise* do *campus*. O *campus* acaba tendo uma atuação muito forte dentro da área industrial com a parte Mecânica, a parte Elétrica, a parte Química... Apesar de não termos tido nenhuma oportunidade de ofertar um FIC do Pronatec no Eixo Químico. [...] Então, a gente acabou atendendo bem – penso eu – principalmente a parte Mecânica e de Elétrica, porque aí realmente era o eixo que a gente atuava nele. (Coordenador adjunto 7, Sertãozinho)

A decisão de se ofertar cursos FIC em consonância com a experiência do *campus* do IFSP na área desses cursos interferiu na maneira como o público-alvo foi consultado a respeito dos cursos que eles gostariam de fazer. Durante a pré-matrícula, geralmente realizada nos Cras e nos Cates, o público-alvo escolhia os cursos pelo nome em uma lista previamente definida, raramente lhes era concedida a possibilidade de apresentar uma demanda espontânea. Essa lista era preparada pelas instituições ofertantes e encaminhada aos Cras conforme expressa, por exemplo, o Gestor municipal 3, em Presidente Epitácio.

Os cursos não foram escolhidos por nós. Foi o Instituto. Ele passou os cursos que tinham na grade e a pessoa que vinha se inscrever escolhia o curso e o período: manhã ou tarde. Foram passados para nós esses cursos e as pessoas escolhiam. Não tinha levantamento. (Gestor municipal 3, Presidente Epitácio)

Entre os principais fatores que culminaram na escolha dos cursos ofertados está o levantamento junto aos munícipes. Levantamento esse realizado de duas maneiras distintas: manifestação espontânea de interesse, ou seja, a pessoa dizia livremente que cursos ela gostaria de fazer; e escolha do curso em uma lista de opções. Embora essas duas formas de consultar os interesses do público-alvo sejam diferentes e gerem resultados bem distintos, ambas foram igualmente consideradas pelos entrevistados como participação dos munícipes. O Gestor municipal 1 e a Coordenadora geral 1, ambos de São Paulo, explicam como se deu a consulta de interesses dos munícipes:

Então, essas pessoas, nos diversos setores do CATE, nos procuravam e nós apresentávamos uma ficha de interesse nos cursos na qual elas mesmas atribuíam dois cursos, por vontade própria, de interesse próprio que elas queriam fazer para poder voltar ao mercado de trabalho. Então, tiveram vários cursos de modalidades diferentes. Alguns acabaram se destacando: administração, almoxarife, recursos humanos, alguma coisa de Informática. (Gestor municipal 1, São Paulo)

Dentro do Ministério do Desenvolvimento Social a gente tinha acesso ao cadastro dos beneficiários do Bolsa-Família e então era fácil entrar em contato e saber o que eles precisavam. A maioria dos cadastrados estava desempregada e precisava desenvolver uma atividade, mas a demanda da atividade não era a que se esperava dentro daquela *expertise*. Então, você tinha curso de panificação, manicure... era isso que eles precisavam, mas a gente não tinha isso dentro do Instituto. Um coisa que deu muito certo foi para o Senac. Eu o acompanhei muito. O curso de manicure deles estava sempre lotado. (Coordenadora geral 1, São Paulo)

A gestora municipal 11, Sertãozinho, afirma que “[...] é sempre um desafio conciliar a questão

da vocação econômica com a questão da demanda do público. Porque nem sempre aquilo que o público almeja estudar é o que o município precisa.” Esse desafio foi “superado” restringindo-se as possibilidades de escolha dos munícipes aos cursos disponíveis nas instituições ofertantes e às demandas dos empregadores. Então, criou-se uma lista de cursos disponíveis e encaminhou-se para os locais onde eram realizadas as pré-matrículas (Cras, Cates, PATs, etc.).

Sabe-se que a criação dessa lista de opções se deu ainda, entre outros motivos, em decorrência das dificuldades enfrentadas pelo IFSP durante os primeiros anos de implementação do Pronatec. No entanto, ao problematizar essa estratégia de consulta confere-se relevo ao lugar que os interesses dos munícipes ocupam na agenda de prioridades.

Os interesses apresentados pelos munícipes nas diferentes formas de levantamento realizadas não foram integralmente considerados porque as demandas expressas pelos empregadores eram priorizadas. Os gestores municipais e coordenadores adjuntos entendiam que ao ofertar cursos em consonância com essas demandas os egressos teriam mais chances de serem contratados.

A gente pensava muito sobre a empregabilidade e a necessidade das empresas na cidade, mas não necessariamente os cursos onde a gente observava maior empregabilidade eram os demandados pelas pessoas ou que tinha maior procura. Mas, de maneira geral, a gente tentava fazer essa ponte entre as empresas com os cursos a serem oferecidos e a empregabilidade. [...] A Assistência Social tinha mais contato com essas empresas. Ela mandava e-mails ou entrava em contato com eles. A gente menos. (Coordenadora adjunta 2, Avaré)

Em relação aos critérios para escolha dos cursos a serem ofertados, a Gestora Municipal 7, Avaré, afirma que, em primeiro lugar estava a vocação econômica do município e em seguida as demandas dos empresários. Os interesses dos munícipes eram parcialmente considerados, pois nem sempre eles coincidiam com as necessidades do município e as demandas apresentadas por empregadores.

A princípio, a vocação econômica e, em segundo plano, as ofertas de emprego das empresas instaladas no município de Avaré. Era feita uma entrevista analisando o perfil do usuário para o melhor curso. Depois, eles eram matriculados no curso adequado. (Gestora Municipal 7, Avaré)

Ela explica os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, daquele município, para identificar as demandas por cursos junto aos empregadores e como isso se dava junto ao público-alvo. Estes eram consultados com base em uma proposta previamente

elaborada tanto pelos empresários como pelas instituições ofertantes – sejam elas públicas ou privadas. Assim, os “interesses” dos munícipes eram alinhados com as possibilidades de oferta das instituições ofertantes e com as demandas dos empregadores.

Antes de solicitar os cursos era feita visitas às empresas. Em reunião com os empresários, se estabeleciam os cursos a serem ofertados conforme a disponibilidade de vagas nessas empresas. Em seguida essa proposta era encaminhada aos Cras do município de Avaré, os quais nos encaminhavam os seus atendidos. (Gestora Municipal 7, Avaré)

As coordenadoras adjuntas 2 e 4 – respectivamente de Avaré e Sertãozinho - sinalizam a importância da função exercida pelos gestores municipais no processo de levantamento de demandas junto aos empregadores e munícipes bem como na mediação dessas demandas perante as instituições ofertantes:

[...] a gente sempre teve uma conversa muito direta com a Assistência Social. A gente conversava sobre os cursos, a gente sempre combinava antes o que iria pactuar com os demandantes. Do conhecimento que eu tive, o público chegava a essa pessoa específica do Pronatec [na Secretaria Municipal de Assistência Social] e indicava os cursos que eles tinham interesse em fazer. E a partir disso, a gente fazia reuniões e definia quais eram os cursos que seriam pactuados. (Coordenadora adjunta 2, Avaré)

Na hora de decidir os cursos com as parcerias, a gente conversava muito com algum representante do município. Esse representante levava em consideração o interesse da população. (Coordenadora adjunta 4, Sertãozinho)

Salienta-se que nesse processo os interesses dos munícipes – independentemente da maneira como eles eram expressos - dificilmente prevaleciam. No entanto, esse cenário começou a mudar a partir de 2013 e essa mudança se consolidou em 2014 em decorrência de três aspectos cruciais: a) a chegada de recursos financeiros que estavam em atraso – o que possibilitou a contratação de professores externos ao IF especializados em áreas diferentes daquelas nas quais os *campi* têm experiência -; b) mudanças na composição das equipes responsáveis pelo Pronatec nos *campi*; c) mobilizações do público-alvo, especialmente dos trabalhadores rurais e agricultores familiares vinculados às delegacias regionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e ao Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad).

Em Registro, o Coordenador adjunto 3 ressalta que as reivindicações dos trabalhadores do

campo por cursos na área agrícola determinaram os cursos a serem ofertados, apesar de essa área não fazer parte do eixos tecnológicos daquele *campus*. Ao ser questionado sobre que fatores interferiram no processo de escolha dos cursos ele afirma:

Bom, é... primeiro a demanda. Acho que o primeiro fator levado em consideração foi a *demand dos agricultores*. A gente começou com os agricultores familiares e eles não tinham formação técnica. Então, a ideia foi atender a necessidade desses agricultores, ou seja, a vocação local vamos dizer assim, né? A *expertise* do Instituto, na época [2013], não dava para ser considerada. A gente tinha um curso Técnico em Edificações, curso Técnico em Mecatrônica e curso Técnico em Logística. E nos primeiros cursos [do Pronatec], a gente precisou contar com profissionais externos. Foi feito processo seletivo para contratar bolsistas externos como colaboradores. (Coordenador adjunto 3, Registro, grifo nosso)

Em 2014, fato semelhante ocorreu em Presidente Epitácio o que reitera a efetividade de mobilizações sociais nesse processo de escolha dos cursos. A Coordenadora adjunta 8 declara que:

E aí, depois foi uma *cobrança direta, em 2014, do pessoal dos assentamentos que aí foi voltado para a questão agrária*. Apesar de a gente trabalhar com cursos na cidade também em relação a atender o município, nossa grande questão foi abrir para os assentamentos. Em 2014 foi essa a característica. (Coordenadora adjunta 8, Presidente Epitácio, grifo nosso)

De acordo com Coordenador geral 4, São Paulo, havia uma organização territorial promovida pela delegacia regional do MDA em parceria com grupos regionais. Eles tinham uma demanda de cursos Técnicos e FICs na área agrícola que não era atendida pelo Sistema S e o Centro Paula Souza porque eles preferiam realizar os cursos nas sedes das instituições em vez de nos acampamentos e assentamentos. Esses grupos de trabalhadores rurais procuraram o IFSP e reivindicaram os cursos. O IFSP percebeu a importância de atender essa solicitação e buscou parcerias com professores da Unesp para elaborar os Planos Pedagógicos de Curso, pois era uma área na qual o IFSP não tinha experiência.

Então, foi uma coisa nova para o Instituto Federal, porque nós não tínhamos essa experiência. A maior parte dos nossos *campi* é da área da Indústria. [...] No entanto, em vários desses campi, mesmo sendo da área da indústria, a gente acabou tendo cursos como foi o caso do campus Registro no Vale do Ribeira que a demanda é uma demanda muito voltada para a questão agrícola, agroecologia e também cursos de turismo rural. (Coordenador geral 4, São Paulo)

A Gestora municipal 9, Registro, esclarece o papel político presente no processo de escolha dos

curso a serem ofertados e destaca existência de diferentes projetos em disputa.

Como nós viemos dessa tradição de defender um modelo de desenvolvimento para o Vale, com fortalecimento da agricultura familiar e diálogo com a educação ambiental, nós não queríamos só fazer uma listinha de cursos [...], porque isso é um projeto em disputa, né? Você vai só formar trabalhador para qualificar o trabalho da fazenda? Ou você vai fortalecer a agricultura familiar para que ele possa, ao invés de ser funcionário da fazenda, ter maior renda como agricultor familiar? Eu vou fortalecer o modelo onde o homem na agricultura familiar é ainda o centro da atividade produtiva ou eu vou trazer cursos para fortalecer as mulheres? Tudo isso são projetos em disputa. (Gestora municipal 9, Registro)

As reivindicações dos agricultores familiares resultaram de esforço conjunto articulado em anos anteriores, conforme esclarece o Gestor municipal 5, Registro

Na parte agrária, eu acho que era um momento muito especial para o Vale. Então, os trabalhadores do campo, os agricultores familiares, esse grupo já era uma coisa coesa. Eu falo já era porque, felizmente, desde os encontros de 2012 e 2013, a gente já tinha assim... uma noção do que faltava, né? Então, por exemplo, a gente sabia que a elaboração de projetos era um ponto falho, a parte financeira, contábil... Porque afinal de contas, quando você tem as contas institucionais, os agricultores passam a produzir, a poder vender e também estimular principalmente, jovens para cuidar dessa parte burocrática, da elaboração do projeto, do planejamento, né? Então, assim, era um momento de grande crescimento das comunidades no meio rural e talvez até em cima do que eu acredito ser o maior desafio hoje na área rural que é a permanência do jovem no campo. (Gestor municipal 5, Registro)

Com base nos depoimentos desses participantes, afirma-se que os interesses dos municípios prevaleciam somente quando o grupo era coeso, bem articulado e capaz de realizar mobilizações significativas em favor dos cursos pelos quais eles se interessavam. Embora a capacidade de oferta ainda fosse um fator decisivo, a mobilização dos municípios - apoiada por gestores municipais e delegados regionais do MDA - levou o IFSP a estabelecer parcerias visando atender a demanda por cursos que, na maioria dos casos, estavam fora dos eixos tecnológicos dos *campi*. Houve contratação de professores externos, empréstimo de espaços em escolas municipais e estaduais na zona rural, aulas em assentamentos, ônibus para transportar os alunos, etc.

Considerações finais

A pergunta “Como os cursos Proantec FIC ofertados em cinco *campi* do IFSP foram escolhidos?” não tem resposta simples. Houve uma confluência de fatores que variavam tanto de um ano para outro como de um município para outro. Diante dessa variação, tentou-se identificar as convergências e perceber a importância que elas tiveram no processo decisório. As divergências também foram sinalizadas com o intuito de evidenciar diferentes interesses em conflito.

A análise dos fatores que contribuíram para a escolha dos cursos a serem ofertados evidenciou dificuldades em conciliar interesses de demandantes municipais ou estaduais, instituições ofertantes e público-alvo; expressou que interesses prevaleceram e por quais razões; sinalizou ações exitosas realizadas pelo público-alvo para que os interesses deles fossem atendidos.

Conclui-se que, embora haja diversos fatores intervenientes, as demandas do público-alvo foram priorizadas em municípios onde houve mobilizações realizadas por trabalhadores do campo. Tal evidência reitera a importância de movimentos populares no processo de conformação de políticas públicas.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); [...] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm. Acesso em: 05 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de gestão da Bolsa-Formação**. Brasília, DF: 2011. Disponível em: <http://pronatec.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/Manual-de-Opera%C3%A7%C3%B5es-Bolsa-Forma%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento referência para a Bolsa-Formação trabalhador no âmbito do Pronatec**. Brasília, DF: 2012a. Disponível em: https://ww1.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2013021105817732documento-referencia_bolsa_formacao_trabalhador.pdf Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de Operação do Sistec (Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador)**. Brasília, DF: 2012b. Disponível em: http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_operacao_sistec_bf.pdf Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. **Manual Sistec/Bolsa-Formação**. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/352-manuais.html?download=9524%3Anovo-manual-do-sistecpronatecbolsa-formacao>. Acesso em: 18 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Manual de Gestão Bolsa-Formação**. 2. ed. Brasília, DF: 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2017-pdf/61681-setec-manual-de-gestao-da-bolsa-formacao-pdf/file> Acesso em: 18 maio 2019.

CAMPENHOUDT, Luc Van; MARQUET, Jacques; QUIVY, Raymond. **Manuel de recherche en sciences sociales**. 5. ed. revista e ampliada. Paris: Dunod, 2017.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf> Acesso em: 18 mar. 2019.

KOLOGY, Andressa; ROSA, Carla Buhner Salles; LUIZ, Danuta S. C. Relações entre estado e sociedade civil: reflexões sobre perspectivas democráticas. **Aurora**, Marília, ano. v, n. 8, p. 34-48, ago./2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1270> Acesso em: 03 mar. 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção Perspectivas do homem; v. 100)

LEMOS, Amanda dos Santos; FACEIRA, Lobelia da Silva. Os movimentos sociais e as políticas públicas no cenário brasileiro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2015, p. 1-8. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180727/Eixo_3_056.pdf?sequence=1 Acesso em: 01 mar. 2019.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.